

## Uma leitura da realidade ensino na universidade

Mara Lúcia Falconi da Hora<sup>1</sup>

O entendimento da crise vivida pela universidade exige uma reflexão sobre o processo histórico que a engendrou, no sentido de buscar mais a fundo as suas razões. A reflexão dessa crise, entretanto, pode apontar caminhos para a superação do quadro que temos atualmente, apontar para a transformação da universidade. Mas para que isso possa efetivamente ocorrer é necessário refletir a universidade, as razões que justificam sua existência, a função social que deve contemplar, os compromissos que as pessoas que "fazem" a universidade devem assumir.

No entanto, é preciso ter clareza que essa crise não se dá somente no nível do ensino - que se reflete na má-formação dos alunos, no seu despreparo para enfrentar o mercado de trabalho - mas também no nível da pesquisa, que tem sentido diminuir ano a ano as verbas destinadas à pesquisa científica, e esta não consegue estar bem quando o ensino está ruim.

Portanto, a crise é no Todo que compõe a universidade e resulta de uma crise maior, mais profunda: a crise política/econômica/social vivida pelo Estado Brasileiro (e óbvio, pela sociedade civil), que longe de manter-se neutro manifesta/compõe-se de interesses de classes.

Enquanto instituição social, a universidade não ficou alheia às mudanças políticas ocorridas após o Golpe Militar em 1964, como "aparelho ideológico" do Estado, teve que se adaptar à "nova ordem" que foi imposta.

Esta "nova ordem" ficou evidente na reforma do ensino superior, ocorrida através da Lei 5540/68, ainda em vigor, que acentuou a formação técnica, voltada para o atendimento do mercado de trabalho.

*"A reforma universitária na base dos acordos MEC-USAID e posta em prática pelos militares e por vários educadores que colaboraram, a despeito do discurso ou da linguagem ajustou a universidade às exigências do grande capitalismo nacional e internacional. Procurou organizar o trabalho universitário segundo as exigências da grande empresa pública e privada." (IANNI, 1986, p.41).*

Com a reforma do ensino superior, a educação foi colocada em sintonia com o modelo desenvolvimentista instaurado pelos militares, ao contrário do que propunham professores e estudantes, que reivindicavam a democratização e a ampliação do número de vagas nas universidades públicas.

*"Enquanto as mudanças propugnadas por estudantes e professores visavam à democratização da universidade, com a perspectiva de influir nos demais setores da vida nacional, as mudanças propostas pelo*

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Pós-Graduação em Geografia.

*governo vinham no sentido de submeter a universidade as necessidades do novo modelo, sem deixar-lhe a mínima possibilidade de questionar ou influir neste." (FAGUNDES, 1986, p.63).*

Houve, a partir de então, uma acentuação/privilegiamento do seu lado técnico, necessário para "modernizar" a universidade, colocando-a em compasso e a serviço do modelo, que prescindia, no contexto do "milagre econômico" de mão-de-obra especializada e de produção tecnológica que viesse a atender às demandas do mercado.

O seu lado crítico e criador foi posto à margem desse processo, e chegou mesmo a sofrer repressão violenta nos anos mais críticos do Regime. Privilegiou-se a reprodução científica, através da importação de modelos técnico-científicos do exterior.

A universidade ainda sofre essas influências, mesmo porque (apesar de toda a luta empreendida pela redemocratização do país) o "modelo" de Estado não se modificou. Embora desde 1985 os militares tenham deixado de ser os principais atores da cena política nacional, deixaram essa "herança" para a sociedade assumir.

O Estado que hoje temos não coloca a questão da educação e da pesquisa científica como prioridade em sua plataforma política (como aliás, nenhuma questão social tem sido efetivamente colocada). Neste sentido, é que a sociedade necessita organizar-se e questionar os posicionamentos do Estado (e a quem tem realmente beneficiado com suas políticas), para que possa propor/exigir transformações em sua estrutura, e a universidade tem aqui um papel fundamental a desempenhar.

Mas nem só de problemas estruturais vive a universidade (e a educação, como um todo), é necessário analisar paralelamente as práticas dos docentes que nela trabalham.

Se a pesquisa tem sido colocada em primeiro lugar é porque o corpo de professores vem dando maior atenção a esse aspecto e a própria universidade reforça essa prioridade dada à pesquisa.

No entanto, devemos atentar para as razões que levam a essa atitude e uma delas, sem dúvida, resulta de pressões exercidas pela burocracia/autoritarismo ainda presentes tanto no sistema de ensino universitário quanto nas instituições que financiam a pesquisa no país. Ambos exigem a chamada "produtividade" que, via de regra, representa um "bom currículo", que por sua vez relaciona-se quase que exclusivamente à pesquisa, sem entrar no mérito da qualidade dos trabalhos e deixando de lado a forma como o professor atua na sala de aula, devemos pensar se não é o caso de modificar essa estrutura burocrática.

De qualquer modo, a formação de professores não têm sido privilegiada como uma discussão coletiva na universidade. Geralmente o que se tem são atitudes isoladas, que acabam levando a uma fragmentação dos cursos de licenciatura e não se consegue ter sequer uma visão totalizante das deficiências existentes. Isso demonstra a inexistência de uma proposta pedagógica que seja posta à serviço de formar bem o professor de 1º e 2º graus e de prepará-lo para a realidade que vai encontrar.

Entre os fatores que contribuem para esse quadro, certamente é preciso colocar o grande número de docentes sem preparo pedagógico, vindos de cursos eminentemente técnicos, que atuam no ensino superior. Nem sempre é considerada sua formação pedagógica,

mas sim o fato desse possuir ou não um bom currículo no seu campo de pesquisa (MARINI, 1990).

Também podemos sentir esse problema (o privilegiamento da pesquisa) nos cursos de pós-graduação. Apesar de estatutariamente estar colocada a tarefa de formar também o professor para o ensino superior, esse aspecto é posto num plano secundário, e ultimamente somente alguns vem oferecendo disciplinas pedagógicas, mesmo quando são admitidos candidatos vindos de cursos sem nenhum preparo no nível de ensino.

A melhoria do ensino na universidade depende de vários fatores e aqui se incluem tanto os estruturais quanto os que se referem a uma maior dedicação do corpo docente, buscando aprimorar sua prática cotidiana, aperfeiçoando/ampliando seus conhecimentos, através de novas atitudes que concorreriam para a efetiva transformação de sua prática pedagógica.

Mas é preciso lembrar que existem professores que estão satisfeitos com a forma como se apresenta a universidade e não estão dispostos a lutar pela mudança. Aqui aparece a dimensão do compromisso político do professor. Esse compromisso não se refere a transformar a sala de aula em espaço de discursos políticos apaixonados, mas do professor colocar sua competência à serviço da transformação social, imprescindível para a sociedade brasileira.

Outro ponto importante para se pensar está na distância entre a universidade e a escola de 1º e 2º graus, não há uma integração efetiva entre esses níveis no sentido de compor um todo articulado. Um projeto pedagógico integrado representaria um aluno mais preparado para o 3º grau, e um professor melhor formado na sala de aula, que pudesse estar em contato permanente com a universidade e estar sempre relacionando teoria e prática.

Outra dificuldade se dá em função da não-integração inter-departamental, e esta não ocorre muitas vezes dentro de um mesmo departamento. Isoladamente, alguns professores afirmam a importância da não-fragmentação do saber (exemplo clássico na Geografia, na divisão Físico e Humana), mas concretamente os cursos de licenciatura (com raras exceções) vem se compondo tal qual uma "colcha de retalhos", muitas vezes até com relação às disciplinas pedagógicas.

Fazer um trabalho pedagógico transformador representa promover o desenvolvimento do ensino através da articulação entre "o saber, o saber fazer e o saber ser", que demonstra o verdadeiro empenho e compromisso com a docência. É preciso um professor que seja capaz de fomentar no aluno um espírito crítico frente à realidade, capaz de criar novos conhecimentos e não somente reproduzi-los (embora essa seja também uma tarefa importante). Enfim, que tenha uma prática pedagógica capaz de conduzir à transformação, num trabalho que articule "*...objetivos, conteúdos e procedimentos didáticos, fundados numa concepção progressista de educação e de sociedade.*" (GRÍGOLI, 1990, p.68).

Conforme aponta MARINI (1990), as políticas universitária e governamental são também obstáculos concretos que colaboram para que a universidade não proporcione um ensino de melhor qualidade, que conduza a uma melhor formação dos alunos. Extrapola, portanto, o nível individual, na pessoa do professor. São decisões de caráter eminentemente político, responsáveis pelo destino/valor das verbas enviadas à universidade, ao salário do seu

corpo docente/administrativo, enfim, ao todo do sistema de ensino universitário, ou seja, à forma como este se encontra estruturado.

A Universidade é parte integrante da sociedade, na medida em que se constitui em uma de suas instituições (razão da dificuldade de se assumir um compromisso com a transformação, o fato de ser um "aparelho ideológico", difusor dos valores da elite) e que reflete, portanto, a forma como esta se organiza. A universidade não está acima/separada/alheia à essa sociedade, por isso é que não dá para se entender a crise que esta vem atravessando isolada do contexto cultural/econômico/social/político do país.

Nos seus estatutos, a universidade deve estar voltada tanto para o ensino quanto para a pesquisa (além da extensão à comunidade), e o que realmente precisamos analisar é a que propósitos vem servindo o que esta produz (ensino/pesquisa/extensão), e a quem interessa o modo como se apresenta hoje.

Como fruto da produção acumulada de toda a sociedade (tanto em sua infraestrutura, quanto em relação ao próprio conhecimento humano acumulado), é preciso debater sobre como vem sendo construído e apropriado o saber da universidade. Sabemos que esse saber não é neutro, ao contrário, reflete valores, normas de conduta, concepções de mundo e a educação é um elemento que pode ser usado tanto a serviço da transformação quanto a serviço da manutenção da estrutura da sociedade vigente.

Cabe as pessoas que "fazem" a universidade a decisão dessa opção, que é essencialmente, uma opção política.

### Referências Bibliográficas

01. FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas.** Campinas: UNICAMP, 1986 (Série Teses).
02. GRÍGOLI, J. A. G. A questão da didática universitária: a desvalorização do ensino e o descaso para com a qualificação pedagógica do professor. *In: A sala de aula na universidade na visão de seus alunos: um estudo sobre a prática pedagógica na universidade.* São Paulo: FFLCH/USP, 1986 (Tese de Doutorado).
03. IANNI, O. O professor como intelectual: cultura e dependência. *In: CATANI, D. B. et al (org.) Universidade, escola e formação de professores.* São Paulo: Brasiliense, 1986.
04. MARINI, T. O professor universitário e as alternativas para a melhoria do seu ensino. *In: a função do ensino e a prática pedagógica numa universidade pública.* Presidente Prudente: FCT-UNESP, 1990 (Tese de Livre Docência).